

## Início de uma expansão prolongada?

O GRANDE DESAFIO AGORA NÃO É APENAS RETOMAR, MAS MANTER O CRESCIMENTO ECONÔMICO

*Rogério L. Furquim Werneck\**

A esta altura, já não cabe mais dúvida. A economia brasileira está em plena retomada de crescimento. E a retomada se afigura ampla e vigorosa. Já é pois o momento de tentar enxergar mais à frente e antever como dificuldades mais óbvias poderão ser evitadas, de forma a assegurar que esta nova e tão esperada fase de expansão acabe tendo duração tão longa quanto possível.

Há décadas o País não se defronta com perspectivas tão boas de crescimento sustentado. E desta vez a expansão continuada parece perfeitamente compatível com a manutenção da estabilidade macroeconômica. O crescimento já não é primitivamente proposto como *alternativa* à estabilidade. Em contraste com o voluntarismo atabalhado que marcou a gestão de outros ciclos de expansão no passado, parece haver agora condições para se conduzir o processo de crescimento como parte de uma complexa e delicada operação de exploração dos limites do possível na gestão da política macroeconômica. Uma operação na qual jamais se perde de vista a necessidade de se compatibilizar crescimento e estabilidade.

Graças ao penoso processo de aprendizado político e de construção institucional por que passou o País desde a redemocratização, a condução da política macroeconômica conta hoje com um aparato incomparavelmente mais sofisticado e eficaz do que o que existia há quinze, ou mesmo cinco, anos atrás. Pelo lado da política fiscal: mais transparência nas contas públicas e no processo orçamentário, metas fiscais claramente anunciadas, Lei de Responsabilidade Fiscal e regras de imposição de restrições orçamentárias rígidas a Estados e municípios. Pelo lado da política monetária: regras claras e transparentes de funcionamento do Copom e de condução da política de metas para a inflação, reforçadas pelo alto grau de autonomia com que tem operado o Banco Central. Não é pouco. São avanços na institucionalização da política macroeconômica que agora podem fazer muita diferença no esforço de prolongamento do período de expansão que se inicia.

Têm havido preocupações com a possibilidade de que a retomada de crescimento seja logo cerceada pela restrição de financiamento externo. Não se pode dizer que tais preocupações sejam infundadas. É claro que as possibilidades de expansão da economia brasileira serão tanto mais amplas quanto mais favorável o cenário que se possa antever para a economia internacional. Mas em cenários minimamente favoráveis, como os que, vistos de hoje, parecem mais prováveis, é difícil antever o processo de crescimento seriamente restrito pelo financiamento externo.

À medida que a retomada vem ganhando força e as oportunidades de investimento no País vêm sendo realçadas, têm se tornado mais sólidas as razões para otimismo acerca

do fluxo de investimento direto estrangeiro que pode ser considerado sustentável nos próximos anos. Por outro lado, a resposta do sistema produtivo à desvalorização de 1999 parece estar afinal aflorando com mais clareza. Em uma economia tão grande, moderna e diversificada como a brasileira é difícil acreditar na existência de inamovíveis entraves estruturais à expansão das exportações. As economias de escala propiciadas pelas dimensões do mercado interno brasileiro fazem de plantas instaladas no País plataformas naturais de exportação, desde que a taxa de câmbio seja suficientemente atraente, como já parece ser o caso. A cada dia aumentam as evidências de que, em decorrência da desvalorização, empresas multinacionais estão ampliando a fatia do mercado internacional que reservam às suas plantas instaladas no País. Os muitos casos reportados envolvem, entre outros produtos, computadores, telefones, eletrodomésticos, autopeças e automóveis. São os efeitos da mudança de preços relativos imposta pela desvalorização que afinal se manifestam.

Muito mais preocupantes parecem ser, mais uma vez, as possíveis restrições de natureza interna. E a grande pergunta é até quando continuará havendo respaldo para que a condução da política macroeconômica possa permanecer na trilha estreita dos limites do possível. A cada dificuldade política enfrentada no Palácio do Planalto, a cada decepção de Brasília com o desempenho de FHC nas pesquisas de opinião pública, voltam a ganhar força no governo as pressões por mais ousadia na redução de juros, menos preocupação com a contenção de despesa na área federal e mais complacência no controle do endividamento dos Estados e dos municípios. É até possível que o governo, escaldado pelas conseqüências nefastas de permissividades deste tipo no primeiro mandato, e entusiasmado pela perspectiva de dar continuidade à retomada ordenada do crescimento que vem sendo observada, continue encontrando formas de resistir a estas pressões. Mas mesmo neste cenário, ainda há pela frente a travessia de 2002.

O que é preocupante nesta travessia é quão limitado, neste País, continua sendo o que no mundo anglo-saxão costuma ser chamado de *common ground*: o conjunto de idéias consensuais, compartilhadas pelo governo e pela oposição, sobre as quais não cabe dúvida ou discussão. Este conjunto de idéias parece particularmente exíguo nas questões relativas à política macroeconômica. Boa parte das chamadas oposições ao governo federal ainda nem mesmo aceitou o princípio singelo de que governos devem respeitar restrições orçamentárias. E ainda insiste em ver o Banco Central como um antro de tecnocratas malvados a serviço do sistema financeiro internacional. Outra parte acalenta programas de governo baseados em esquemas fantasiosos de renegociação ampla e ordenada na dívida pública.

Mas o que talvez seja reconfortante é que o governo sabe, melhor que do que ninguém, que a cuidadosa preservação do processo de crescimento e do círculo virtuoso de recuperação de credibilidade é a chave para o sucesso da coalizão governista nas eleições de 2002. Tendo isto em mente, talvez encontre forças para refrear a tentação de ceder a pressões por menos prudência na condução da política econômica, para lidar com dificuldades políticas ocasionais.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.